

ENTREVISTA COM MÁRCIO POCHMANN¹ - A pobreza e as perspectivas para o Maranhão²

Prezado Prof. Márcio Pochmann, é um prazer e uma honra poder compartilhar com você algumas questões sobre a pobreza, especificamente no Maranhão, tomando por referência a importante publicação recente do **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: dez anos depois. Inicialmente destaco a importância dessa publicação para aqueles que militam e atuam academicamente no campo das Políticas Públicas.

Para orientar nossas reflexões, destaco, em termos gerais, o quadro social do Maranhão em relação à exclusão social para seguir pontuando nosso diálogo.

Apesar das melhorias sociais recentes vivenciadas no Brasil com significativa redução dos índices de extrema pobreza, da pobreza e, em menor intensidade, da desigualdade social, o Maranhão, segundo dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil, ainda ostenta a mais grave situação na Região Nordeste com 80,6% dos seus 217 municípios encontrando-se em condições de elevado grau de exclusão social, abrigando, nesses municípios, 3,7 milhões de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, o que representa 55,9% da população do Estado. Se consideradas as duas regiões mais pobres do Brasil, temos uma concentração regional da exclusão social de 53,0% na Região Norte e de 48,8% na região Nordeste. Partindo desse quadro, gostaria de dialogar com você sobre os seguintes pontos:

Maria Ozanira da Silva e Silva - Que determinações de diversas ordens (econômica, política, social, cultural) podem ser apontadas como possíveis explicações para a persistência dessa situação no estado do Maranhão?

¹ Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (2001-2004); Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2007-2012); Foi Supervisor do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal; Diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) e Consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF). Atualmente é Professor da UNICAMP; Pesquisador do CESIT/UNICAMP e Presidente da Fundação Perseu Abramo.

² Entrevista concedida a Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, Doutora em Serviço Social, com área de concentração em Política Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudo de Políticas Públicas da Universidade de Campinas. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP). Pesquisadora IA do CNPq.

Márcio Pochmann - A região do Nordeste brasileiro registrou na primeira década do século 21 importantes avanços econômicos e sociais mais substanciais que o conjunto do Brasil. Três movimentos gerais, neste sentido, foram importantes e merecem ser ressaltados. Inicialmente a mudança nos preços relativos imposta pela ascensão chinesa na oferta de bens industriais com menor valor unitário que favoreceu a ampliação da demanda popular associada à elevação do rendimento na base da pirâmide social.

Na sequência, a descentralização produtiva estimulada tanto pela guerra fiscal, que levou ao deslocamento de algumas empresas privadas do centro-sul, como pela elevação dos investimentos públicos, especialmente de infraestrutura e energia, capazes de motivar o crescimento da produção e, por consequência do emprego e renda, mais rapidamente que o conjunto do Brasil. Por fim, as políticas públicas de elevação dos rendimentos na base da pirâmide social, por meio do salário mínimo e programas de transferências de renda (previdência e assistência social e Bolsa Família), que contribuíram de forma conjunta para a redução mais rápida da pobreza e desigualdade de renda.

Apesar de ser uma trajetória geral na região Nordeste, não houve, em todos os estados e municípios, o mesmo sentido e velocidade nos resultados alcançados. Esse parece ser o caso do estado do Maranhão, o que aponta para questões de natureza local suficientes para se sobreporem ao movimento geral registrado no conjunto da região Nordeste.

Maria Ozanira da Silva e Silva - Até que ponto o atraso político, marcado por décadas de patrimonialismo, mandonismo e clientelismo, pode ter contribuído para a manutenção prolongada dessa situação?

Márcio Pochmann - O curso das transformações verificadas no Brasil desde os anos 2000 favorece tanto a emergência de novos segmentos atinentes à base da pirâmide social como à formação de novas elites locais e regionais. O impulso na estrutura social do País motivou o enfrentamento mais forte às elites tradicionais e suas práticas consideradas conservadoras, resultando inclusive na ascensão de maiorias políticas inovadoras.

Ao contrário do observado em outros estados, o Maranhão parece demorar mais tempo para que isso pudesse ser expresso. Mas nada melhor que a experiência democrática para levar ao acerto – ainda que parcial - do passo de governantes com a posição progressistas da população.

Mesmo assim, o estado do Maranhão acumula herança de grandes proporções no quadro geral da exclusão, bem como em termos relativos comparados a outros estados. A tarefa da sociedade e dos governos frente a isso segue sendo desafiadora.

Maria Ozanira da Silva e Silva - Entendo que o elevado percentual da população do Maranhão, mais de 60%, incluído em programas sociais como o Bolsa Família representa um reflexo da elevada incidência da pobreza e da extrema pobreza no estado e revela, ao mesmo tempo, significativo poder de focalização deste Programa. Todavia, em que condições podemos considerar que os programas sociais podem contribuir, efetivamente, para alterar a pobreza estrutural no Maranhão?

Márcio Pochmann - Os programas de transferência de renda constituem parte integrante do processo maior de inclusão social pelo rendimento adotado nos países capitalistas avançados, sobretudo, a partir do fim da segunda Guerra Mundial. Os objetivos principais foram o de romper com o ciclo estrutural de pobreza que terminava fazendo com que o filho do pobre seguisse sendo pobre devido à pobreza de seus pais.

Simultaneamente tenderia a expressar a compreensão basilar de que há segmentos da sociedade que não conseguem conviver com suas próprias pernas numa economia de mercado. Nesse sentido, os programas de transferência de renda devem ser permanentes, sob o risco de manter a pobreza intocável.

Ao transpor a problemática da pobreza para um país periférico como o Brasil e com herança escravista, percebe-se a importância considerável dos programas de transferência de renda no enfrentamento da exclusão social. Mas isso não significa entender que os programas de transferência de renda como um fim em si mesmo.

Uma adição de ações torna-se necessária ao movimento maior de superação da pobreza. Do contrário, corre-se o risco de amenizar a gravidade da pobreza, sem superá-la.

Maria Ozanira da Silva e Silva - Na sua opinião, como pode ser aproveitado o contexto político emergente no estado do Maranhão quando na recente eleição para o governo do estado a grande maioria da população disse “não” a quase meio século de uma ologarquia instalada no Estado?

Márcio Pochmann - Ao que parece, o Maranhão inicia - ainda que tardiamente – trajetória comum observada em outros estados da federação após o fim da Ditadura Militar de

renovação das elites dirigentes no plano estadual. Neste sentido pode colher os benefícios oriundos do atraso, como a possibilidade de não repetir erros velhos – aqueles já constatados nas experiências anteriores de composição de nova maioria política dirigente. Se erros poderão ser cometidos, que sejam somente novos à luz do que se pode aprender com a história.

O fundamental neste momento tende a ser a construção de uma maioria política a partir do Maranhão insurgente, capaz de conectar as forças progressistas do Nordeste para comandar um novo projeto de federação que não mais se encontra em curso no “sul maravilha”, especialmente São Paulo, ou seja, um sentido geral novo de nação. Nesta oportunidade histórica, as forças políticas renovadas podem cumprir não apenas para o bem do povo maranhense, mas também pelo Brasil.